



MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 01/2020 - Abril/2020

Índice

04	Apresentação do Boletim Informativo
05	Notícias do MPBA - Encontro reforça a importância da participação da sociedade no controle dos gastos públicos
07	Notícias do MPBA - Justiça manda suspender contratação ilegal de 70 monitores da Zona Azul em Itabuna
07	Notícias do MPBA - Coronavírus: MP recomenda a Itabuna medidas para garantir probidade em gasto público em ações de prevenção e contenção
07	Notícias do MPBA - Coronavírus: Municípios de Vitória da Conquista e Ilhéus devem dar ampla publicidade aos contratos para enfrentamento da pandemia
08	Notícias do MPBA - Coronavírus: Lençóis é orientado a suspender férias dos servidores municipais da saúde
08	Notícias do MPBA - Coronavírus: Município de Seabra é acionado para instalar barreiras sanitárias na cidade
08	Notícias do MPBA - Ex-prefeito de Camaçari é condenado a devolver mais de R\$ 5,5 milhões aos cofres públicos
09	Notícias do MPBA - Operação Xavier: Ex-presidente da Câmara Municipal de Ilhéus é denunciado por corrupção e peculato
08	Notícias do MPBA - Coronavírus: MP orienta membros a cobrar transparência de gestores e assegurar saúde das gestantes durante a pandemia

Índice

09	Notícias do MPBA - Município de Ubaitaba é acionado para iniciar funcionamento do Samu na cidade
10	Notícias do MPBA - Recomendação visa ampliar participação em processos licitatórios de Camaçari
10	Notícias do MPBA - Coronavírus: MP já encaminhou 58 recomendações para garantir uso correto dos recursos públicos durante quarentena
10	Notícias do MPBA - Coronavírus: MP recomenda ao Município de Camaçari transparência nas contratações emergenciais realizadas durante pandemia
11	Notícias do MPBA - Justiça determina que Município de Luís Eduardo Magalhães identifique veículos que estejam a serviço do poder público
12	Notícias do STF
13	Notícias do STF - Continuação
14	Notícias do STJ
15	Biblioteca Virtual – Consulta e Roteiro
16	Expediente

Novo Boletim Informativo – CAOPAM

Prezados colegas,

Apresento a primeira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2020. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



Notícias do MPBA

Encontro reforça a importância da participação da sociedade no controle dos gastos públicos

O Ministério Público estadual promoveu ontem, dia 11, e hoje dia 12, o 1º Encontro Estadual de Controle Social em parceria com o Observatório Social do Brasil (OSB), no Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães, em Jequié. O objetivo do evento, que reúne promotores de Justiça, servidores, integrantes dos Observatórios Sociais do Brasil e representantes da sociedade civil, é fomentar o controle social no Estado da Bahia. A abertura do encontro contou com a participação dos promotores de Justiça Frank Ferrari, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa do MP (Caopam); Luciano Taques Ghignone; além do presidente da



Notícias do MPBA

OSB, Ney da Nóbrega Ribas; Pedro José Sufredini, do Tribunal de Contas da União; Gabriela Doval Neiva, da Controladoria Geral da União; Waldir Santos, da Advocacia Geral da União; e Ronaldo Sant'Anna, do Tribunal de Contas dos Municípios. “Almejamos fortalecer o controle social, pois ele é o mais democrático e mais efetivo, já que os próprios cidadãos acompanham as despesas públicas exatamente no momento em que elas estão acontecendo, enquanto os órgãos de controle apenas tomam conhecimento de eventuais irregularidades depois que eles já se consumaram”, destacou o promotor de Justiça Luciano Taques. Ele ressaltou ainda que, nesse contexto é importante “um controle social efetivo, já que é muito melhor uma atuação preventiva do que uma atuação sancionatória”. A palestra de abertura foi ministrada pelo [Leia mais](#)



Justiça manda suspender contratação ilegal de 70 monitores da Zona Azul em Itabuna

A Justiça acatou pedido liminar realizado em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Susila Machado, e determinou a suspensão dos contratos de 70 monitores que atuam no sistema de estacionamento rotativo (Zona Azul) de Itabuna. O juiz Ulysses Maynard Salgado determinou ainda a suspensão dos efeitos dos contratos de todos os monitores ilegalmente admitidos, [Continue lendo](#)

Coronavírus: MP recomenda a Itabuna medidas para garantir probidade em gasto público em ações de prevenção e contenção

O Ministério Público estadual orientou ao Município de Itabuna, em recomendação expedida na última sexta-feira, dia 20, que adote procedimentos para garantir a adequada utilização e transparência dos recursos públicos em ações de prevenção e contenção ao coronavírus. O Município tem cinco dias para enviar ao MP as informações sobre as providências tomadas. [Continue lendo](#)

Coronavírus: Municípios de Vitória da Conquista e Ilhéus devem dar ampla publicidade aos contratos para enfrentamento da pandemia

O Ministério Público estadual, por meio dos promotores de Justiça George Elias Gonçalves Pereira e Mayanna Ferreira Ribeiro Floriano, recomendou aos Municípios de Vitória da Conquista e Ilhéus que deem ampla publicidade aos procedimentos de dispensa e de execução de contratos públicos relacionados às ações para enfrentamento do coronavírus. Segundo os documentos, devem ser divulgados em sítio oficial específico o nome do contratado, [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA



shutterstock.com • 1666530439

Coronavírus: Lençóis é orientado a suspender férias dos servidores municipais da saúde

O Município de Lençóis foi orientado pelo Ministério Público estadual a suspender as férias e licenças, que possam ser oportunamente gozadas, dos servidores públicos municipais que atuam nos serviços de saúde da cidade e a suspender deslocamentos e viagens dos servidores para o exterior e pelo território nacional com destino a locais com transmissão comunitária sustentada, aos moldes do determinado pelo Decreto Estadual 19.529, publicado [Confira](#)

Coronavírus: Município de Seabra é acionado para instalar barreiras sanitárias na cidade

O Município de Seabra foi acionado pelo Ministério Público estadual por não ter adotado ainda medidas de monitoramento de pessoas que ingressam na cidade. Em ação civil pública ajuizada no último dia 27, os promotores de Justiça Fernando Nova Filho e Gustavo Pereira Silva solicitam à Justiça que determine em decisão liminar a instalação, no prazo de 48 horas, de barreiras sanitárias no município com profissionais e equipamentos necessários para garantir o monitoramento em conformidade com as recomendações das autoridades sanitárias. Na ação, os promotores lembram que “a identificação precoce de pessoas que, mesmo assintomáticas, possam estar portando o coronavírus, a partir da análise do seu local de origem ou do contato com pessoas que estiveram nestas localidades, é medida urgente a fim de evitar sua disseminação”. Eles destacaram também que Seabra é um centro de serviços da região da Chapada Diamantina,. [Continue lendo](#)



Ex-prefeito de Camaçari é condenado a devolver mais de R\$ 5,5 milhões aos cofres públicos

O ex-prefeito de Camaçari Ademar Delgado das Chagas foi condenado pela Justiça, a pedido do Ministério Público estadual, a ressarcir os cofres públicos municipais em mais de R\$ 5,5 milhões. Foram determinadas também perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por três anos. Proferida no último dia 20, a sentença acatou ação civil pública ajuizada pelo promotor de Justiça Everardo Yunes, que apurou, [Veja mais](#)

Notícias do MPBA

Operação Xavier: Ex-presidente da Câmara Municipal de Ilhéus é denunciado por corrupção e peculato

O ex-presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, Josevaldo Viana Machado, foi denunciado pelo Ministério Público estadual por corrupção passiva, peculato e fraude em contratações diretas, feitas sem a devida licitação. Por esses dois últimos crimes e por corrupção ativa, o MP também denunciou os empresários Aêdo Laranjeira de Santana, Alfredo Cabral de Assis e Cleomir Primo Santana. A denúncia resulta das investigações realizadas na Operação Xavier e foi oferecida no último dia 3 pela promotora de Justiça de Ilhéus [Confira a nota na íntegra](#)

Coronavírus: MP orienta membros a cobrar transparência de gestores e assegurar saúde das gestantes durante a pandemia

O Ministério Público estadual, expediu duas notas técnicas, por meio do Grupo de Trabalho de combate à Covid-19, uma orientando os membros no sentido de cobrar dos gestores públicos transparência nas informações relacionadas à pandemia e outra recomendando medidas de prevenção para assegurar a proteção das gestantes e lactantes que estejam trabalhando no setor público durante a pandemia. Elaboradas pelos promotores de Justiça Frank Ferrari e Patrícia Medrado, coordenadores, respectivamente, dos Centros de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam) e Defesa da Saúde (Cesau); Juliana Rocha Sampaio e Andréa Scaff de Paula Mota, gerentes do Projeto Cegonha; Rogério Queiroz; Carlos Martheo e Rita Tourinho, as notas técnicas servem de orientação e resguardam a independência funcional dos membros. [Veja](#)

Município de Ubaitaba é acionado para iniciar funcionamento do Samu na cidade

O Ministério Público estadual pede à Justiça, em ação civil pública ajuizada contra o Município de Ubaitaba no último dia 7, que determine em decisão liminar a inauguração e efetiva prestação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) na cidade. Na ação, o promotor de Justiça Allan Santos Góis aponta que, embora o município possua “ambulância do Samu e profissionais treinados para operá-la”, o serviço não é efetivamente oferecido à população da cidade. Ele afirma ainda que a ausência da prestação do serviço mostra, [Confira](#)

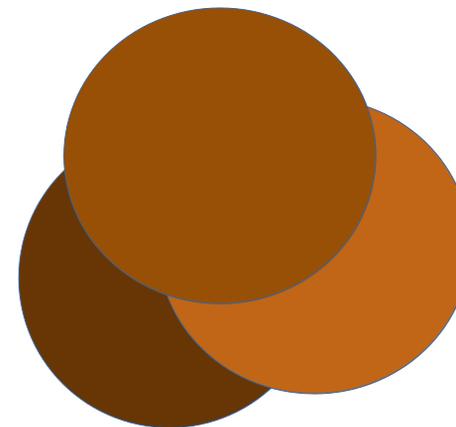
Notícias do MPBA

Recomendação visa ampliar participação em processos licitatórios de Camaçari

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Everardo Yunes, recomendou ao prefeito de Camaçari que, nos procedimentos licitatórios realizados pelo Município, sejam exigidos laudos e amostras de empresas apenas das empresas já habilitadas para o certame. O objetivo, segundo o promotor de Justiça, é garantir oportunidade de participação nas licitações a todos os interessados que tenham condições de assegurar o futuro cumprimento do contrato a ser celebrado. [Continue lendo](#)

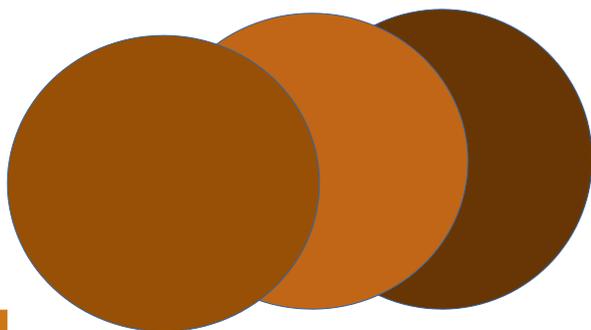
Coronavírus: MP já encaminhou 58 recomendações para garantir uso correto dos recursos públicos durante quarentena

O Ministério Público estadual já encaminhou, durante a quarentena, 58 recomendações e instaurou o mesmo número de procedimentos administrativos com o objetivo de que os municípios adotem o adequado, transparente e efetivo uso dos recursos públicos durante a execução de medidas de prevenção e contenção do coronavírus. Os dados são do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam). Segundo o coordenador do órgão, promotor de Justiça Frank Ferrari, a prioridade da atuação do MP é a prevenção de danos ao patrimônio público a partir das recomendações e processos administrativos. Ele explicou que isso não exclui a adoção, em um segundo momento, de “medidas de responsabilização criminal e por atos de improbidade administrativa por meio de procedimentos investigatórios e ações judiciais”, nos casos de indícios da prática de ilícitos, “sobretudo aqueles intencionais que impliquem danos ao erário, [Veja](#)



Coronavírus: MP recomenda ao Município de Camaçari transparência nas contratações emergenciais realizadas durante pandemia

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Everardo Yunes, recomendou que o Município de Camaçari comunique à 7ª Promotoria de Justiça da comarca as contratações emergenciais por dispensa de licitação para enfrentamento do coronavírus, até 48 após a instauração de cada procedimento, que deve seguir todas as formalidades previstas em lei e, sempre que possível, priorizar o sistema de regime de preços. Recomendou ainda que o Município elabore um plano de contingência que sirva de base para as ações emergenciais de combate à disseminação [Prossiga a leitura](#)



Notícias do MPBA

Justiça determina que Município de Luís Eduardo Magalhães identifique veículos que estejam a serviço do poder público

A pedido do Ministério Público estadual, a Justiça determinou que os gestores do Executivo e do Legislativo do município de Luís Eduardo Magalhães identifiquem os veículos próprios e locados, bem como máquinas pesadas, que estejam a serviço do poder público, conforme determina Lei Municipal nº 156/2004 (reformada pela Lei Municipal nº 800/2017). Segundo o promotor de Justiça Bruno Pinto e Silva, autor da ação civil pública ajuizada contra o Município, a indevida identificação de veículos e máquinas pesadas a serviço da administração municipal “viola o dever de publicidade, bem como impede o devido poder fiscalizador dos órgãos de controle e da sociedade civil, que através da efetiva identificação desses bens poderá denunciar eventuais abusos ou excessos ocorridos no manejo do dinheiro público”, destacou. [Leia mais](#)



Notícias do STF

Independência relativa das esferas penal e administrativa, havendo repercussão apenas em se tratando de absolvição no juízo penal por inexistência do fato ou negativa de autoria.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 899 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição, nos termos do voto do Relator. Foi fixada a seguinte tese: [Leia mais](#)

DJe-091 Divulgado 16 de abril de 2020. Publicado 17 de abril de 2020

Titularidade de terras devolutas: ônus da prova e segurança jurídica

O Plenário julgou improcedente pedido formulado em ação cível originária em que a União requereu: (a) a anulação de títulos de domínio de terras supostamente expedidos irregularmente, de modo a recair sobre patrimônio público federal; (b) a reintegração da posse da referida área; e (c) a anulação de todos os atos oriundos dos respectivos títulos. [Coninue lendo](#)

Informativo n. 973 - Publicação: 9 a 13 de março de 2020

Responsabilidade civil do Estado e dever de fiscalizar

Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas [Veja](#)

Informativo n. 969 - Publicação: 9 a 13 de março de 2020

Inelegibilidade: configuração de ato doloso de improbidade administrativa e fato superveniente

A Segunda Turma, por maioria e em conclusão de julgamento, negou provimento a dois agravos regimentais interpostos de decisão que, em juízo de retratação, proveu recurso extraordinário com agravo, para afastar declaração, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de inelegibilidade de candidato, porquanto não mais subsistiria a premissa estruturante de rejeição das contas deste pelo Tribunal de Contas da União (TCU). [Confira](#)

Informativo n. 968 – Publicação: 2 a 6 de março de 2020

Notícias do STF

TESE FIRMADA NO TEMA 899 DA REPERCUSSÃO GERAL: É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 899 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição, nos termos do voto do Relator. Foi fixada a seguinte tese: [Leia mais](#)

Portal do STF- Jurisprudência - Publicação: 20 de abril de 2020

Covid-19: saúde pública e competência concorrente

O Plenário, por maioria, referendou medida cautelar em ação direta, deferida pelo ministro Marco Aurélio (Relator), acrescida de interpretação conforme à Constituição ao § 9º do art. 3º da Lei 13.979/2020, a fim de explicitar que, preservada a atribuição de cada esfera de governo, nos termos do inciso I do art. 198 da Constituição Federal (CF) (1), o Presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais. A ação foi ajuizada em face . [Continue lendo](#)

Informativo n. 973 - Publicação: 6 a 17 de abril de 2020

Não afronta o direito adquirido e a irredutibilidade salarial (arts. 5º, XXXVI, e 37, XV, da CF) a norma estadual que, alterando calendário de integralização de piso salarial da categoria profissional, apenas prorroga o reajuste por mais três anos até alcançar o limite máximo previsto, como medida de austeridade adotada para equilibrar as contas públicas.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou parcialmente procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do disposto: (i) no § 1º do art. 4º da Lei Complementar estadual de Santa Catarina nº 183/99 e no art. 4º, § 3º, II, da Lei estadual de Santa Catarina nº 14.083/2007, em sua parte final, ao dispor que “sendo que as vagas oferecidas não deverão ser objeto de processos judiciais em andamento que discutam a titularidade da mesma”, com efeitos ex nunc, para que alcance apenas os concursos doravante realizados e; [Confira](#)

Informativo n. 972 – Publicação: 30 a 03 d3 abril de 2020

Notícias do STJ

É possível a cassação de aposentadoria de servidor público pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão.

Prevalece no STJ e no STF a tese de que a cassação de aposentadoria é compatível com a Constituição Federal, a despeito do caráter contributivo conferido àquela, mormente porque nada impede que, na seara própria, haja o acertamento de contas entre a Administração e o servidor aposentado punido. [Prossiga](#)

Informativo n. 0666 - Publicação: 27 de março de 2020

A exclusão do candidato, que concorre à vaga reservada em concurso público, pelo critério da heteroidentificação, seja pela constatação de fraude, seja pela aferição do fenótipo ou por qualquer outro fundamento, exige o franqueamento do contraditório e da ampla defesa.

Cinge-se a controvérsia a definir a legalidade da regra editalícia segundo a qual, na apreciação das "características fenotípicas do candidato", a comissão do concurso "proferirá decisão terminativa sobre a veracidade da autodeclaração", sem franquear ao candidato o direito ao recurso, salvo "na restrita hipótese de a Administração constatar fraude/falsidade da autodeclaração". [Leia mais](#)

Informativo n. 0666 - Publicação: 27 de março de 2020

Configura o crime de peculato-desvio o fomento econômico de candidatura à reeleição por Governador de Estado com o patrimônio de empresas estatais.

Na configuração do peculato-desvio, previsto no art. 312, caput, segunda parte, e § 1º, do Código Penal, de acordo com a doutrina, a posse "deve ser entendida em sentido amplo, compreendendo a simples detenção, bem como a posse indireta (disponibilidade jurídica sem detenção material, ou poder de disposição exercível mediante ordens, requisições ou mandados)". [Veja](#)

Informativo n. 0666 - Publicação: 27 de março de 2020

Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal recai na data em que foi nomeado outro servidor no lugar do aprovado no certame.

A controvérsia cinge-se a definir acerca do prazo prescricional aplicável, e seu termo a quo, nos casos de preterição de nomeação de candidato aprovado em concurso público. De início, as normas previstas na Lei n. 7.144/1983 aplicam-se meramente a atos concernentes ao concurso público, nos quais não se insere a preterição ao direito público subjetivo de nomeação para o candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas ofertadas no edital de abertura, [Confira](#)

Informativo n. 0668 – Publicação: 24 de março de 2020

Consulta e Roteiro

- *Consulta de 21.04.20 - Orientação técnico-jurídica do CAOPAM acerca de consulta efetuada pela 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus no sentido de verificar sobre a constitucionalidade da previsão, em lei municipal, da participação de órgão do MP como membro integrante em conselhos vinculados ao Poder Executivo municipal. - [Texto integral](#)*
- *TEORIA DO MACROPROCESSO: O Macroprocesso de Execução Orçamentária para realização das Despesas Públicas e seus influxos sobre os fenômenos ilícitos e sua correlata atividade probatória - [Texto completo](#)*



Expediente



Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenador
Frank Monteiro Ferrari

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativas

Evanilda da Silva Santos
Jocélia dos Santos Silva
Juliana Fernandes Prado
Juliana Gouvea Dumas

CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas

Priscila Rodrigues Raposo
Renata Sueli Leite Araújo Barreto

CAOPAM - Estagiários

Douglas Saldanha Rocha Sousa
Rafaela da Silva Sousa

✉ caopam@mpba.mp.br

☎ 71 3103-6653

☎ 71 3103-6657



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À
MORALIDADE - CAOPAM
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré, Salvador/BA. CEP: 40.050.001



Edições Anteriores
Clique aqui